

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Bonito**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Bonito (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2023, a taxa de pobreza no município de Bonito apresentou relativa estabilidade nos primeiros anos, oscilando de 44,3% em 2019 para 42,7% em 2020, subindo para 44,8% em 2021 e mantendo-se praticamente inalterada em 2022 (44,7%). Contudo, em 2023, houve um crescimento expressivo, atingindo 61,1%. Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador também se manteve estável de 2019 (53,3%) a 2021 (52,7%), mas apresentou um salto acentuado em 2022, chegando a 70,7%, seguido por uma queda significativa para 53,7% em 2023.

Já o estado do Pará apresentou valores mais baixos no período, partindo de 41,6% em 2019, caindo ligeiramente para 40,8% em 2020, e subindo gradualmente para 42,1% em 2021 e 58,9% em 2022, com posterior recuo para 43,8% em 2023 (Gráfico 1).

A trajetória desses dados evidencia que o ano de 2022 foi um ponto de inflexão para todos os níveis territoriais, com picos acentuados da pobreza, possivelmente relacionados a efeitos socioeconômicos remanescentes da pandemia de COVID-19. A recuperação observada em 2023 para a RI Rio

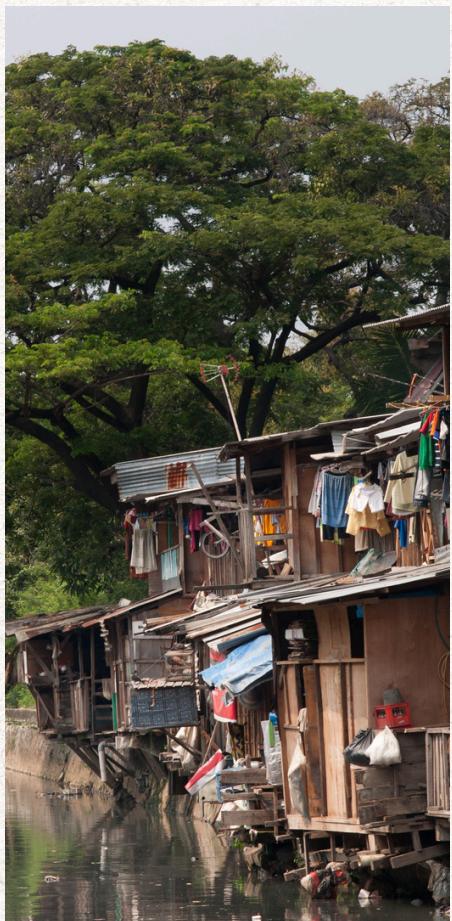
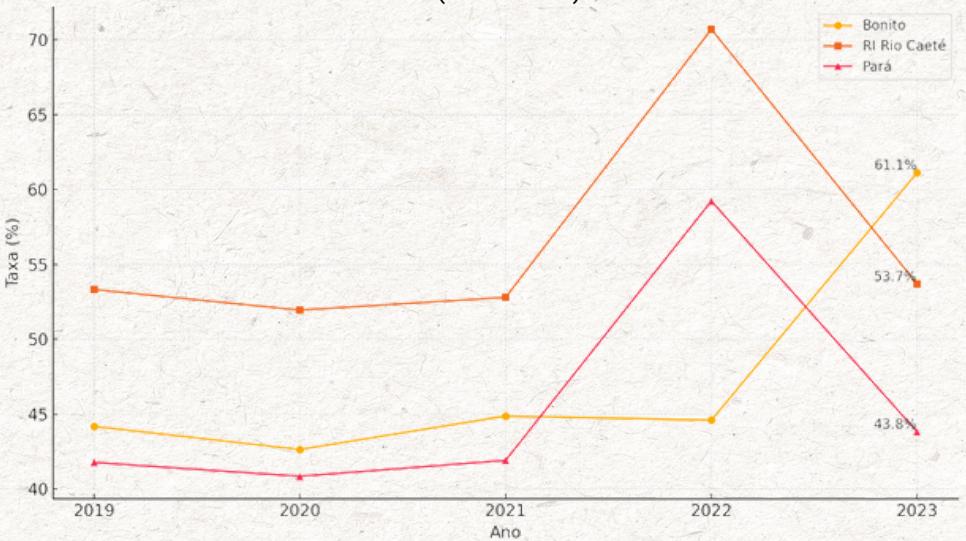




Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

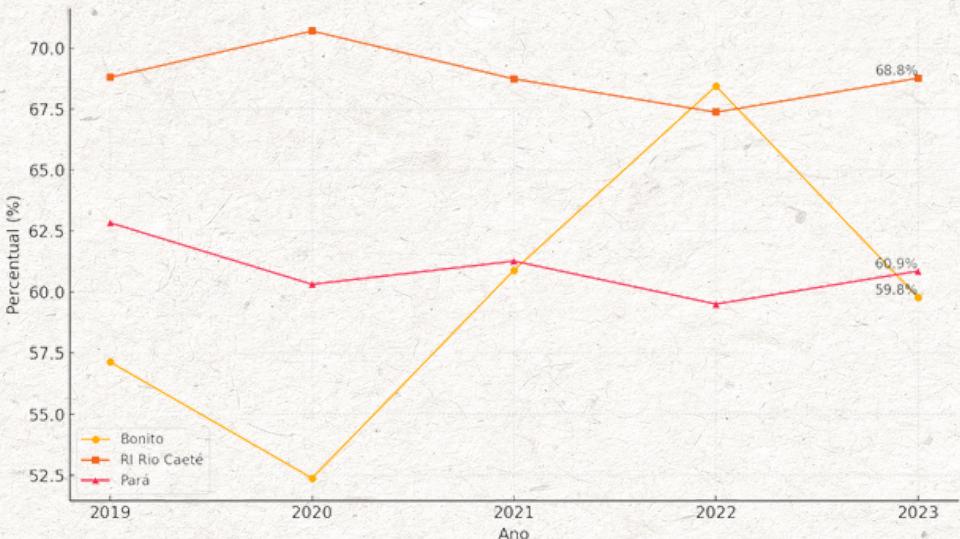
As despesas públicas com serviços essenciais em Bonito iniciaram o período com 57,2% em 2019 e recuaram para 52,3% em 2020. A partir de 2021, observou-se uma tendência de expansão, com o percentual subindo para 61,0% e atingindo o pico de 68,8% em 2022, antes de cair para 59,8% em 2023. Na RI Rio Caeté, o comportamento foi menos volátil: os valores variaram de 68,7% em 2019 para 70,6% em 2020, retornando ao patamar de 68,7% em 2021, reduzindo ligeiramente em 2022 (67,5%) e voltando a subir para 68,8% em 2023. No caso do estado do Pará, os percentuais oscilaram de forma moderada entre 62,8% em 2019, 60,4% em 2020, 61,3% em 2021, com uma leve queda para 59,3% em 2022 e retomada em

2023, quando atingiu 60,9% (Gráfico 2).

A análise revela que Bonito promoveu um aumento substancial em 2021 e 2022 em seus investimentos relativos em serviços essenciais, o que pode estar relacionado a respostas emergenciais durante o período pandêmico. No entanto, a queda em 2023 para 59,8% coincide com o aumento da taxa de pobreza local, levantando questões sobre a sustentabilidade e a focalização dos gastos. Já a RI Rio Caeté e o estado do Pará mantiveram percentuais relativamente altos e estáveis, sinalizando maior consistência na alocação de recursos para áreas essenciais, o que pode ter contribuído para a redução da pobreza observada nessas regiões no ano final da série (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

No município de Bonito, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou crescimento expressivo ao longo do período. Em 2019, a taxa era de 4,3% e subiu ligeiramente para 4,5% em 2020. No entanto, a partir de 2021 houve aceleração, com o indicador atingindo 6,2% nesse ano e saltando para 8,1% em 2022. Em 2023, houve uma leve queda para 7%, ainda superior ao início da série. Já na Região de Integração Rio Caeté, a taxa foi de 6,7% em 2019 e cresceu de forma gradual até atingir 8,7% em 2022, com redução para 8%

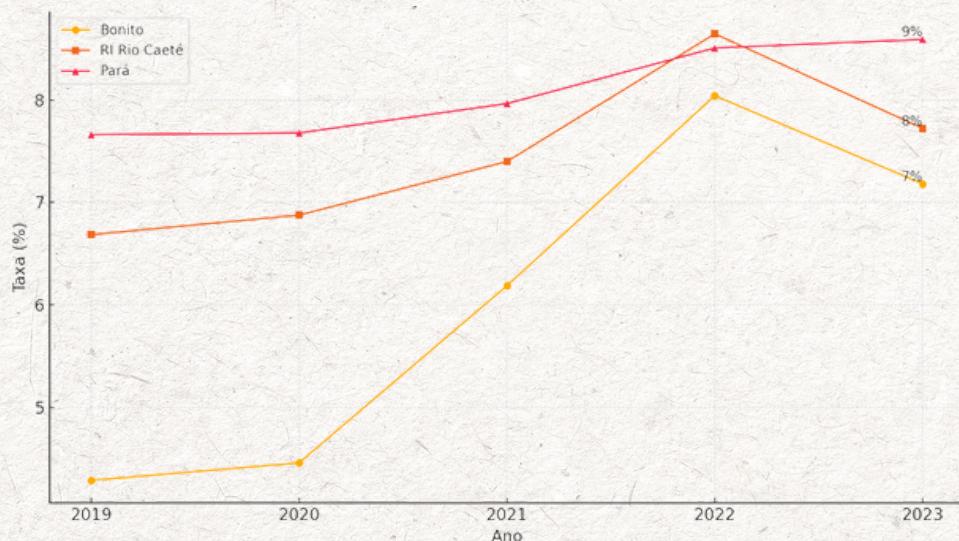
em 2023. O estado do Pará iniciou o período com 7,7% em 2019 e manteve estabilidade até 2020, subindo para 8% em 2021 e chegando a 8,8% em 2022, com uma leve elevação para 9% em 2023 (Gráfico 3).

A análise evidencia uma tendência de crescimento desse problema de saúde pública em todos os níveis territoriais, com destaque para o aumento mais acentuado em Bonito entre 2020 e 2022. Embora o município tenha apresentado uma melhora em 2023, ainda mantém níveis mais altos do que no início da série. Já o estado do Pará apresenta a

maior prevalência ao final do período, com crescimento contínuo. Esses dados sugerem a necessidade de políticas públicas específicas voltadas à atenção pré-natal, nutrição materna e acompanhamento neonatal, especialmente nas regiões com maior crescimento no indicador, como Bonito e a RI Rio Caeté (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



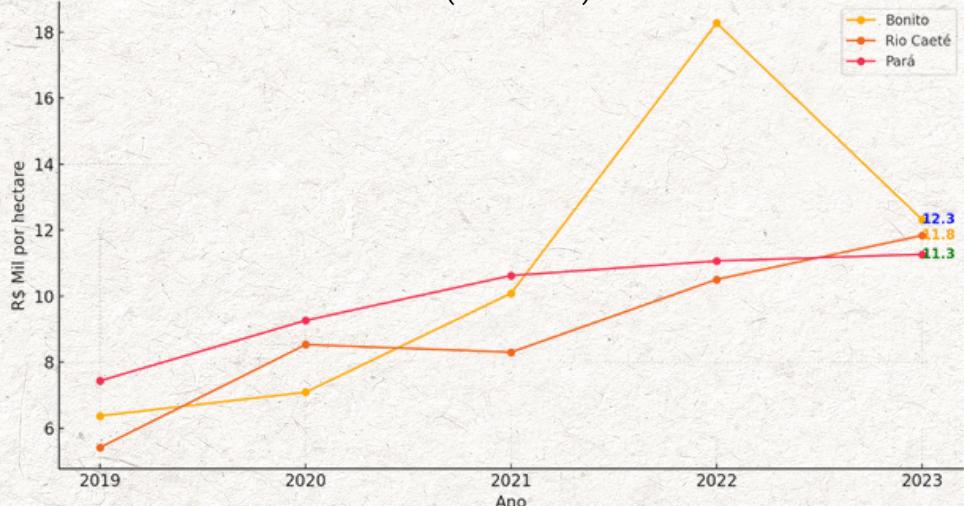
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Bonito apresentou forte crescimento no início da série, saindo de R\$ 6,4 mil/ha em 2019 para R\$ 7,1 mil/ha em 2020 e R\$ 10,3 mil/ha em 2021. Em 2022, o município alcançou seu pico com R\$ 18,2 mil/ha, mas recuou para R\$ 12,3 mil/ha em 2023. A Região de Integração Rio Caeté, por sua vez, partiu de R\$ 5,4 mil/ha em 2019, atingiu R\$ 8,6 mil/ha em 2020, caiu ligeiramente para R\$ 8,3 mil/ha em 2021, e depois voltou a subir para R\$ 10,5 mil/ha em 2022 e R\$ 11,8 mil/ha em 2023. O estado do Pará registrou aumentos constantes ao longo do período, iniciando com R\$ 7,4 mil/ha em 2019, subindo para R\$ 9,3 mil/ha em 2020, R\$ 10,6 mil/ha em 2021, R\$ 11,0 mil/ha em 2022 e

finalizando com R\$ 11,3 mil/ha em 2023 (Gráfico 4).

O desempenho de Bonito revela uma dinâmica de alta volatilidade: um crescimento vigoroso até 2022 seguido de retração significativa em 2023, embora mantendo-se ainda acima da média estadual e regional. A RI Rio Caeté e o estado do Pará, por outro lado, mostraram crescimento mais consistente e progressivo, sinalizando maior estabilidade na produtividade agrícola. Essa diferença pode estar associada a fatores como condições climáticas, práticas de manejo, variações de investimento ou uso de tecnologias agrícolas, sendo essencial monitorar a sustentabilidade do modelo agrícola em Bonito diante de oscilações tão marcantes (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12,3 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

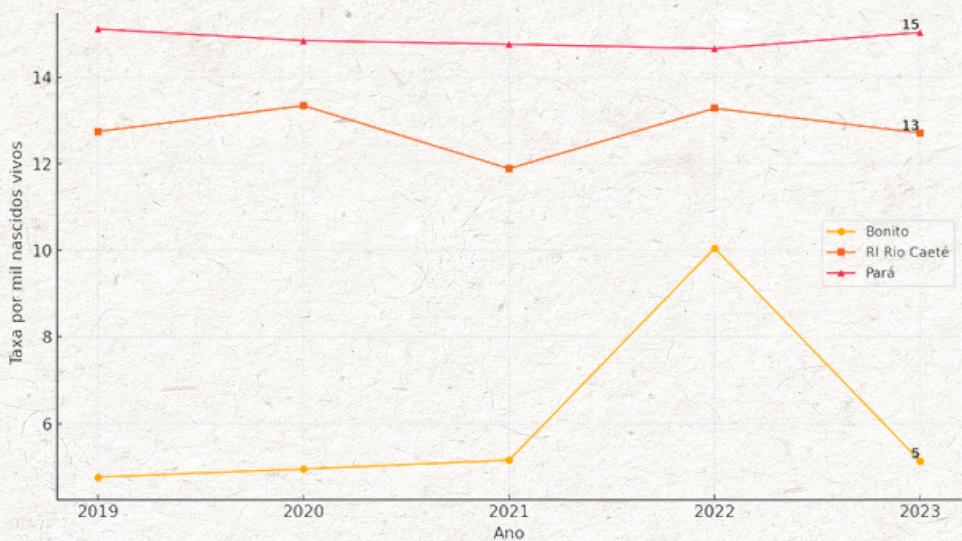
Em Bonito, a taxa de mortalidade infantil permaneceu relativamente estável entre 2019 e 2021, passando de 4,8 por mil nascidos vivos em 2019 para 5,0 em 2020 e 5,2 em 2021. No entanto, em 2022, observou-se um pico preocupante com o indicador saltando para 10,0, quase o dobro do ano anterior. Já em 2023, houve uma queda significativa para 5,0, retornando ao patamar do início da série. Na RI Rio Caeté, os valores oscilaram de 12,8 em 2019 para 13,3 em 2020, recuando para 12,0 em 2021, subindo novamente para 13,3 em 2022 e encerrando 2023 com 13,0. No estado do Pará, a taxa foi de 15,1 em 2019, caindo levemente para 14,8 em 2020 e 14,7 em 2021 e 2022, voltando a subir para 15,0 em 2023 (Gráfico 5).

A análise evidencia que, embora Bonito mantenha valores abaixo da média estadual e regional, houve um episódio crítico em 2022 que precisa ser investigado – possivelmente ligado a falhas no pré-natal, infraestrutura de saúde ou eventos epidêmicos. Em contrapartida, tanto a RI Rio Caeté quanto o estado do Pará apresentaram maior estabilidade, mas com patamares persistentemente altos, acima de 12 e 14 por mil nascidos vivos, respectivamente, ao longo dos cinco anos. A persistência desses números elevados sinaliza desafios estruturais mais amplos no sistema de saúde infantil nessas regiões (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

No município de Bonito, o número de médicos por 10 mil habitantes apresentou flutuações significativas. O indicador partiu de 1,9 em 2019 e saltou para 4,2 em 2020. Contudo, houve uma queda acentuada para apenas 0,9 em 2021, seguida por uma recuperação em 2022 (1,6) e novo avanço para 4 em 2023. Na RI Rio Caeté, a evolução foi mais constante: partindo de 4,4 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e crescendo gradualmente até 6,1 em 2022 e 6,2 em 2023. O estado do Pará apresentou a melhor performance em termos de crescimento contínuo, iniciando com 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e

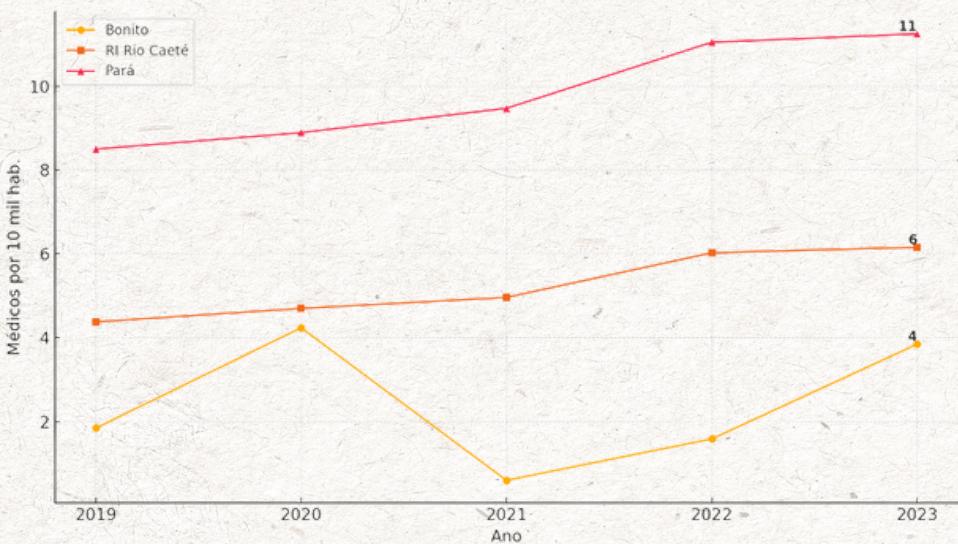
alcançando 11,0 em 2022 e 11,1 em 2023 (Gráfico 6).

A comparação revela que, enquanto o estado do Pará e a RI Rio Caeté avançaram de forma estável e contínua na ampliação da cobertura médica, Bonito ainda enfrenta desafios de consistência no quadro de profissionais de saúde. A queda abrupta em 2021 pode estar associada à rotatividade ou ausência de políticas eficazes de retenção. Apesar da recuperação observada até 2023, o município permanece abaixo da média regional e estadual, o que pode impactar diretamente indicadores de saúde sensíveis, como a mortalidade infantil e o pe-



so ao nascer, demonstrando a necessidade de fortalecer a fixação de profissionais no território (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O município de Bonito iniciou o período com 204 vagas por mil habitantes em 2019, reduzindo para 195 em 2020. Em 2021 houve uma leve recuperação para 199, seguida de um salto expressivo em 2022, quando o indicador atingiu 237 vagas por mil habitantes. No entanto, em 2023 houve uma forte queda, retornando ao patamar de 198. Na RI Rio Caeté, o indicador partiu de 243 em 2019, recuando para 234 em 2020 e subindo levemente nos anos seguintes, com 237 em 2021 e 242 em 2022, antes de cair para 216 em 2023. Já o estado do Pará apresentou valores mais baixos e relativamente estáveis, com 211 vagas em 2019, 207 em 2020, 208 em 2021, chegando a 219 em 2022, an-

tes de cair para 198 em 2023 (Gráfico 7).

A trajetória revela que, apesar do crescimento pontual em 2022, Bonito não sustentou a ampliação do número de vagas, encerrando o período com praticamente o mesmo patamar de 2019. A tendência de recuo em 2023 é acompanhada também nas demais esferas territoriais, o que pode estar relacionado a fatores como reestruturação de matrículas, redução de demanda ou ajuste na capacidade da rede pública. Ainda assim, nota-se que a RI Rio Caeté manteve valores mais elevados que o município e o estado ao longo de todo o período, sugerindo maior capacidade de absorção da demanda educacional pública na região (Gráfico 7).

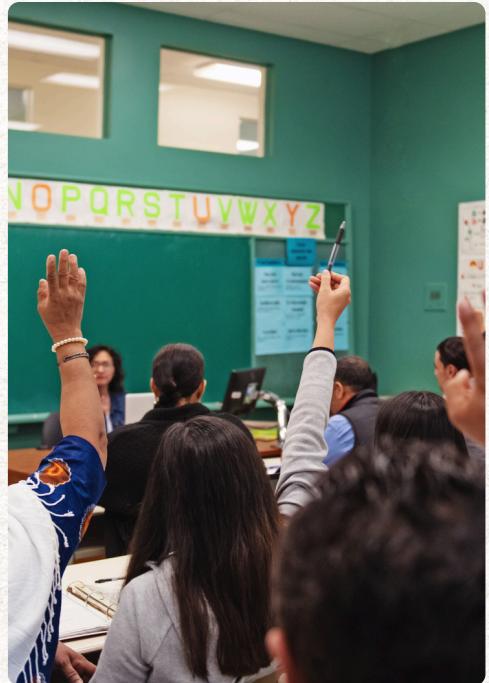
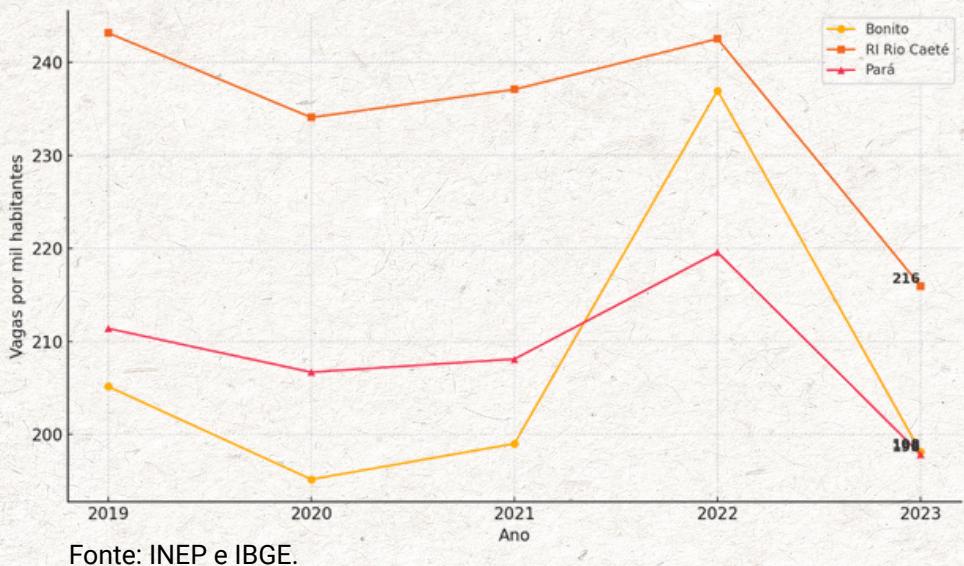




Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 198 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

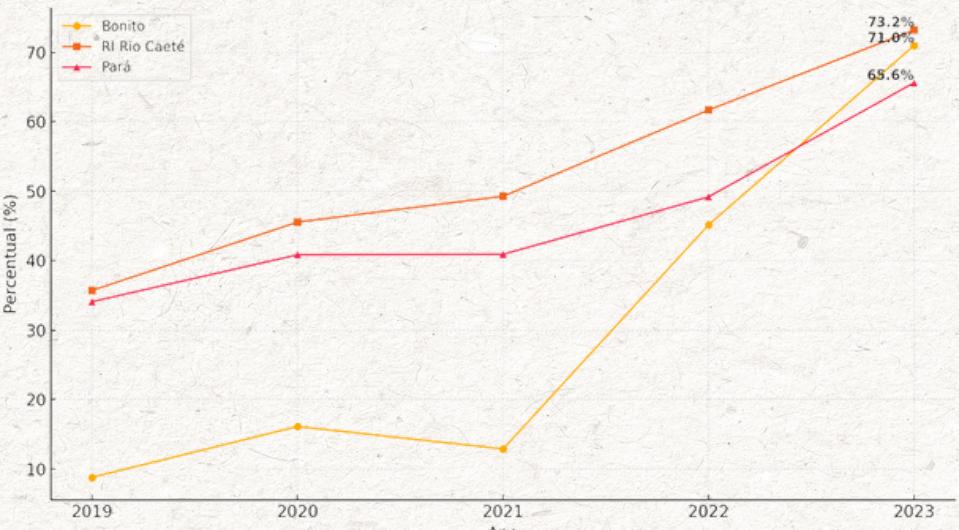
O percentual de escolas com acesso à internet em Bonito mostrou evolução significativa. Em 2019, o índice era de apenas 8,1%, subindo para 16,1% em 2020. Houve leve recuo em 2021 (13,2%), mas o indicador avançou de forma expressiva em 2022, atingindo 45,4%, e alcançou 71,0% em 2023. A RI Rio Caeté iniciou com 35,7% em 2019, passou para 45,4% em 2020, 49,2% em 2021, 62,2% em 2022 e atingiu 73,2% em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 33,6% em 2019 e evoluiu de forma constante: 40,8% em 2020 e 41,1% em 2021, subindo para 49,1% em 2022 e encerrando com 65,6% em 2023 (Gráfico 8).

Os dados indicam avanços importantes na infraestrutura tecnológica educacional,

sobretudo em Bonito, que saiu de um patamar extremamente baixo em 2019 para alcançar níveis similares aos da média regional e estadual em 2023. Esse salto sugere esforços mais recentes de inclusão digital nas escolas municipais, especialmente após 2021. Embora a RI Rio Caeté tenha mantido liderança em termos de cobertura ao longo do período, Bonito apresentou a maior taxa de crescimento proporcional, enquanto o estado do Pará avançou de forma mais gradual. Esse indicador é fundamental para aferir a capacidade de inserção da rede pública na era digital, especialmente diante das demandas do ensino híbrido e remoto pós-pandemia (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



Violência Contra a Mulher por Parceiros

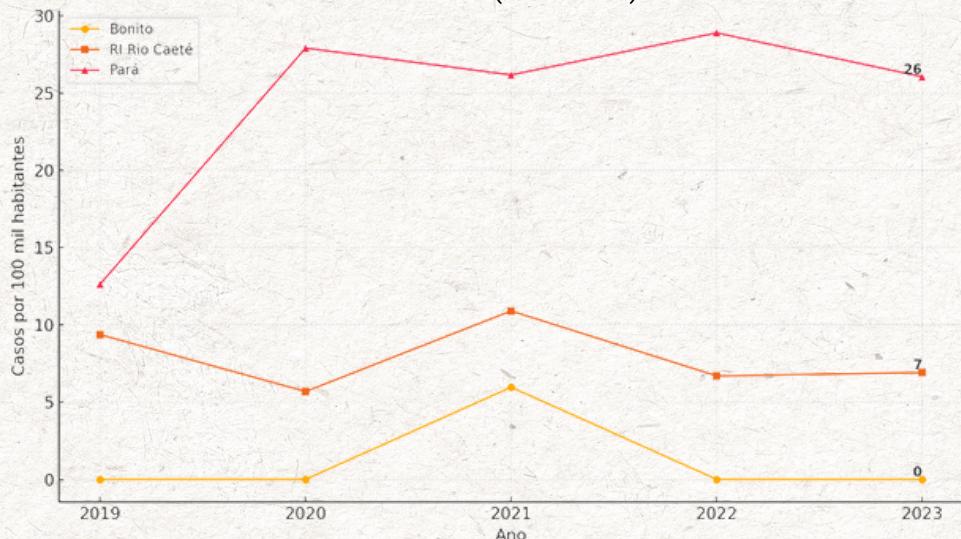
No município de Bonito, o indicador de violência contra a mulher por parceiros apresentou variações pontuais ao longo do período. Em 2019 e 2020, o valor foi de 0 casos registrados por 100 mil habitantes. Em 2021, houve um aumento para 6 casos por 100 mil, mas a taxa voltou a cair para 0 nos dois anos seguintes (2022 e 2023). Já na RI Rio Caeté, o indicador iniciou com 9,4 casos por 100 mil em 2019, reduziu para 5,7 em 2020, subiu novamente para 10,8 em 2021, caindo para 6,7 em 2022 e estabilizando-se em 7 em 2023. No estado do Pará, o índice teve crescimento mais significativo, partindo de 12,8 em 2019 e



alcançando picos de 28,1 em 2020 e 29,0 em 2022, antes de encerrar 2023 em 26 casos por 100 mil habitantes (Gráfico 9).

A análise revela que, embora Bonito tenha apresentado uma taxa oficialmente zerada em quase todos os anos da série, esse resultado pode refletir subnotificação e limitações de registros administrativos, e não necessariamente ausência de violência. A comparação com os patamares mais elevados e consistentes da RI e do estado evidencia a necessidade de aprimorar os sistemas locais de notificação e apoio às vítimas. No Pará, o crescimento contínuo do indicador reflete maior visibilidade e/ou agravamento do problema, exigindo políticas públicas firmes de prevenção, acolhimento e responsabilização dos agressores (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

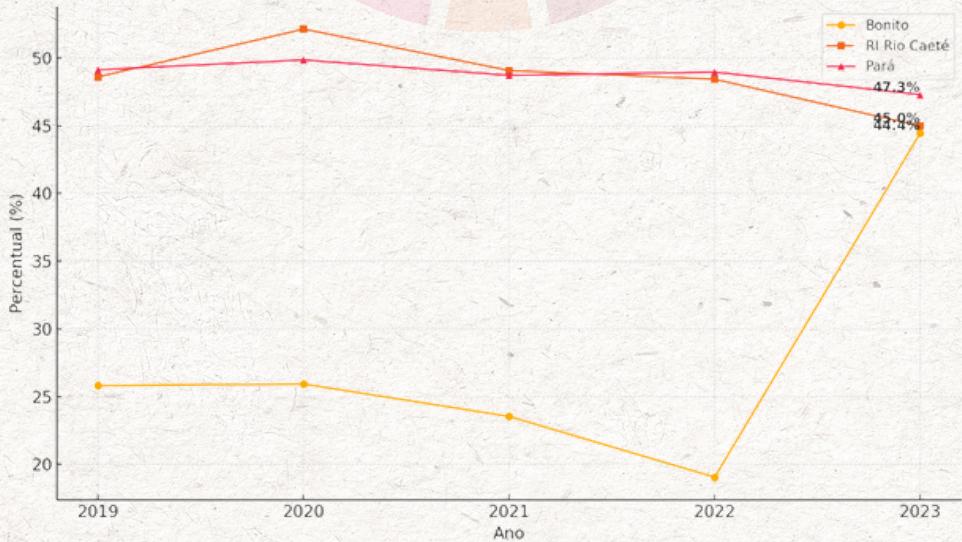
No município de Bonito, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres iniciou em 25,8% em 2019, manteve-se estável em 2020 (26,0%), caiu para 23,6% em 2021 e atingiu seu ponto mais baixo em 2022, com apenas 18,8%. No entanto, houve uma forte recuperação em 2023, quando o índice saltou para 44,4%, aproximando-se da média estadual. Na RI Rio Caeté, o indicador começou em 48,9% em 2019, subiu para 52,0% em 2020, mas recuou nos anos seguintes, com 48,8% em 2021, 48,6% em 2022 e 45,0% em 2023. O estado do Pará manteve estabilidade durante o período: 48,9% em 2019, 49,6% em 2020, 48,9% em 2021, 48,5% em 2022 e 47,3% em 2023 (Gráfico 10).





Os dados apontam que o Pará e sua respectiva região de integração mantêm uma distribuição próxima da paridade de gênero nos cargos de liderança, embora com leve tendência de recuo após 2020. Já Bonito mostrou forte disparidade ao longo do período, mas apresentou evolução significativa no último ano, o que pode refletir políticas locais de valorização da equidade de gênero ou mudanças conjunturais no setor público ou privado. A aproximação de Bonito ao padrão estadual em 2023 representa um avanço relevante no empoderamento feminino no mercado de trabalho formal (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Bonito, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto teve crescimento progressivo e significativo entre 2020 e 2023. O índice partiu de 0,6% em 2019 e 2020, subiu para 2,5% em 2021, atingiu 4,1% em 2022 e chegou a 6,5% em 2023. Já a RI Rio Caeté apresentou estagnação: manteve-se em 1,1% de 2019 a 2021, subindo levemente para 1,3% em 2022 e permanecendo nesse patamar em 2023. O estado do Pará mostrou desempenho mais robusto, com aumento contínuo de 7,0% em 2019 para 7,6% em 2020, 8,5% em 2021, 10,9% em 2022 e encerrando 2023 em 11,5% (Gráfico 11).

A trajetória do município de Bonito revela um esforço recente para ampliar o acesso à coleta de esgoto entre a população mais vulnerável, embora ainda se encontre abaixo da média estadual. O contraste com a RI Rio Caeté, que demonstrou baixa variação ao longo do período, indica que Bonito teve desempenho superior em termos de expansão relativa. O estado do Pará lidera em valores absolutos, refletindo políticas de saneamento mais estruturadas em escala estadual. Ainda assim, os dados gerais expõem a persistente exclusão de famílias de baixa renda do acesso adequado a esse serviço essencial (Gráfico 11).

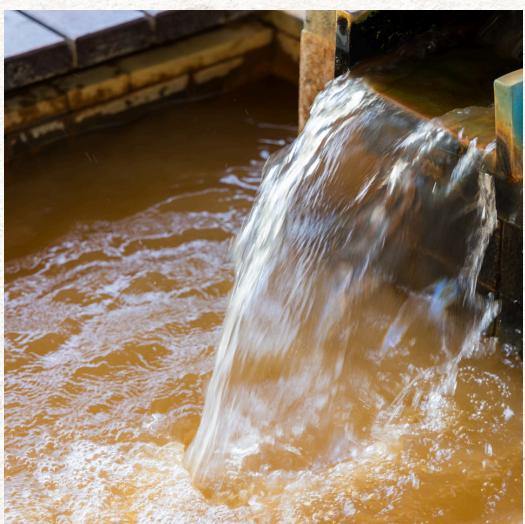
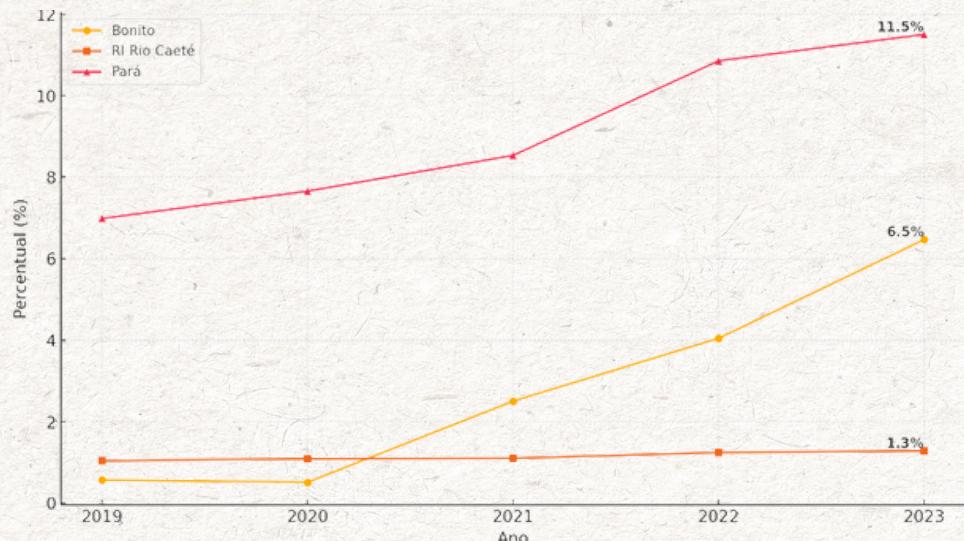




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

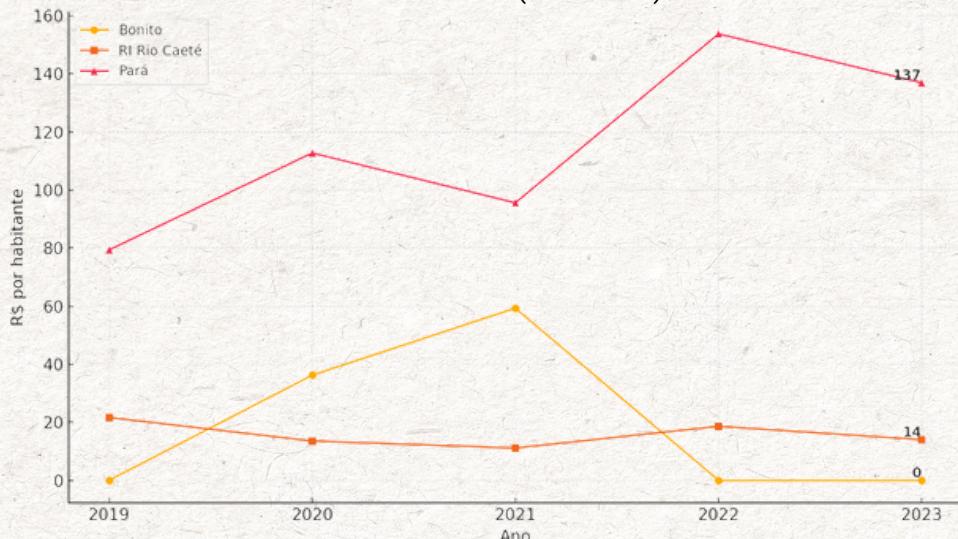
O gasto per capita com saneamento em Bonito variou de forma significativa durante o período. Em 2019, o valor foi de R\$ 0,00 por habitante, subindo para R\$ 36,39 em 2020 e alcançando o pico de R\$ 60,00 em 2021. A partir de então, observou-se um recuo acentuado: em 2022 voltou a R\$ 0,00 e manteve-se nesse patamar em 2023. Na RI Rio Caeté, os valores oscilaram entre R\$ 21,4 em 2019, R\$ 13,7 em 2020, R\$ 11,6 em 2021, R\$ 18,8 em 2022 e R\$ 14,2 em 2023. O estado do Pará registrou os maiores valores per capita, crescendo de R\$ 80,1 em 2019 para R\$ 113,0 em 2020, caindo para R\$ 95,3 em 2021, atingindo o pico de R\$ 153,2 em 2022 e finalizando 2023 com R\$ 137,0 (Gráfico 12).

A análise evidencia que Bonito realizou aportes expressivos apenas em 2020 e 2021, o que coincide com a fase de maior crescimento no acesso à coleta de esgoto para população de baixa renda. No entanto, a ausência de gastos nos anos seguintes levanta preocupações sobre a continuidade de investimentos e manutenção dos sistemas implantados. A RI Rio Caeté manteve um padrão de investimento estável, porém em valores muito inferiores aos observados no estado do Pará, que se destaca por manter aportes elevados e crescentes. A queda no investimento municipal em Bonito nos últimos dois anos pode comprometer a sustentabilidade dos avanços obtidos (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



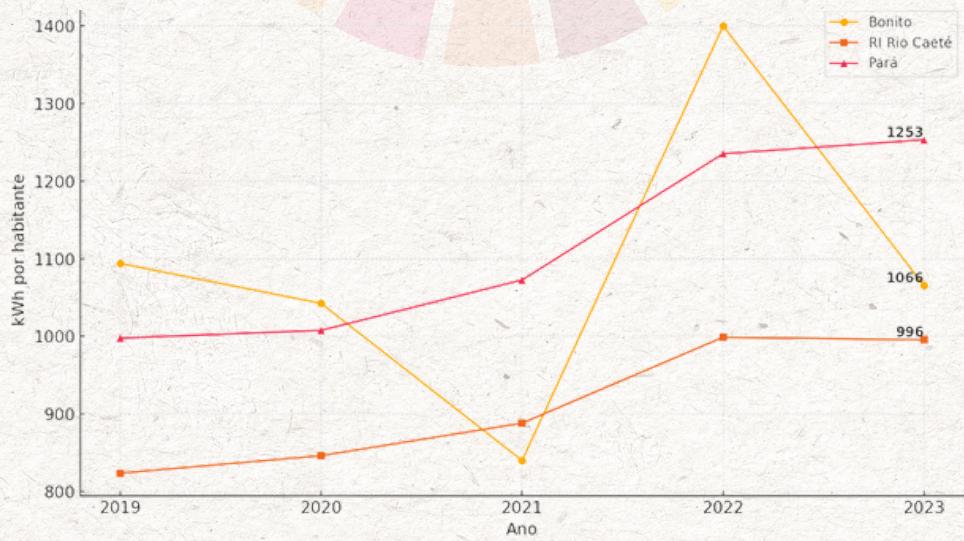
Em Bonito, o consumo de energia elétrica per capita iniciou em 1.094 kWh/hab. em 2019, apresentando queda para 1.037 em 2020 e 842 em 2021. Em 2022, houve um salto expressivo para 1.401 kWh/hab., seguido por redução para 1.066 kWh/hab. em 2023. Na RI Rio Caeté, o consumo cresceu gradativamente, saindo de 825 kWh/hab. em 2019 para 1.000 em 2022, com ligeira queda para 996 em 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo, partindo de 995 kWh/hab. em 2019, para 1.070 em 2021, a-



tingindo 1.234 em 2022 e chegando a 1.253 em 2023 (Gráfico 13).

A análise evidencia que Bonito teve uma trajetória mais volátil no consumo elétrico, com queda inicial seguida por pico em 2022 e retração em 2023, mantendo-se, porém, acima da média regional e próximo à estadual em 2023. A RI Rio Caeté e o Pará mostraram tendências mais estáveis e crescentes, o que indica um padrão de aumento constante do consumo energético, possivelmente associado à melhoria da infraestrutura e da qualidade de vida nas regiões. O comportamento de Bonito pode refletir fatores conjunturais, como variações climáticas, demanda econômica e padrões de uso residencial e comercial (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.066 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

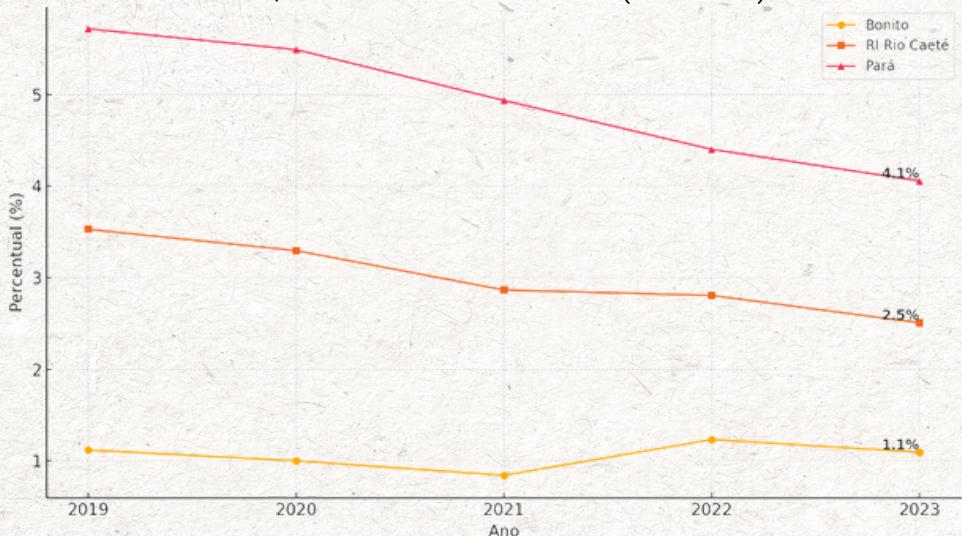
O percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil em Bonito começou em 1,1% em 2019, apresentou leve queda para 0,8% em 2021, subiu para 1,3% em 2022 e recuou para 1,1% em 2023. Na RI Rio Caeté, o percentual diminuiu consistentemente de 3,6% em 2019 para 2,5% em 2023. O estado do Pará apresentou a maior taxa, iniciando em 5,5% em 2019, com redução gradual até 4,1% em 2023 (Gráfico 14).



Esses dados indicam uma redução geral no uso de fontes fósseis para iluminação domiciliar entre famílias de baixa renda, sugerindo avanços em eletrificação rural, acesso à energia elétrica confiável e possivelmente a adoção de tecnologias mais eficientes e limpas. Bonito mantém os menores índices, o que aponta para maior cobertura elétrica e/ou substituição efetiva da iluminação fóssil. A queda no Pará e na RI Rio Caeté acompanha tendências de expansão do acesso à energia elétrica, embora ainda com desafios para erradicação completa do uso de fontes fósseis em residências vulneráveis (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



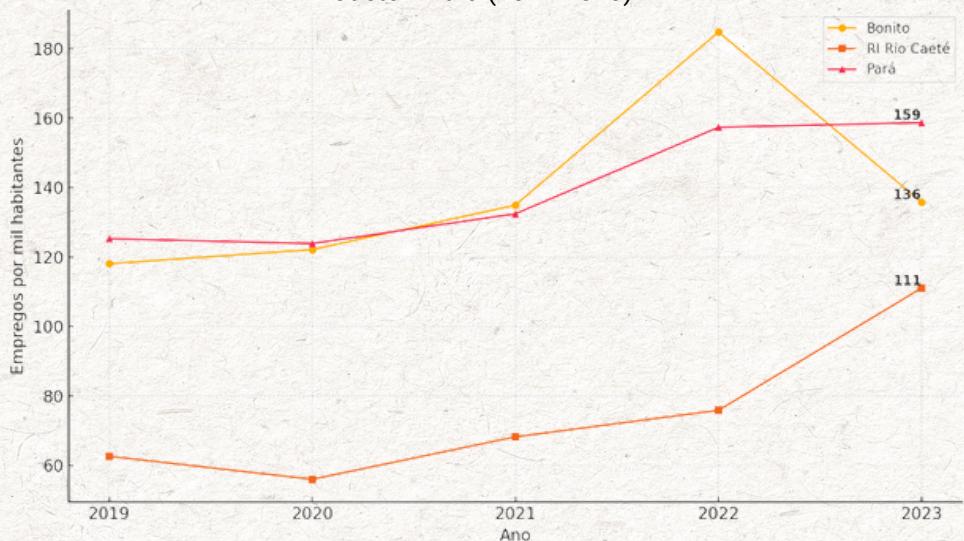
Empregos Formais por Mil Habitantes

No município de Bonito, o número de empregos formais iniciou em 118 por mil habitantes em 2019, apresentou leve crescimento para 122 em 2020, seguido por um aumento mais expressivo para 135 em 2021 e um pico em 2022, quando atingiu 185 empregos formais por mil habitantes. Em 2023, contudo, houve uma retração significativa para 136. Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador partiu de 63 em 2019, recuou para 56 em 2020 e recuperou-se gradualmente até 76 em 2022, alcançando 111 em 2023, demonstrando uma tendência clara de crescimento nos dois últimos anos. Já o estado do Pará iniciou com 126 empregos formais por mil habitantes em 2019, manteve valores estáveis nos anos seguintes, com leve crescimento para 132 em 2021, 157 em 2022 e 159 em 2023, refletindo uma trajetória mais constante e ascendente (Gráfico 15).

A comparação evidencia que Bonito teve um desempenho inicialmente robusto, porém marcado por alta volatilidade, principalmente pelo forte pico em 2022 seguido de queda em 2023. Em contrapartida, a Região de Integração Rio Caeté demonstra um crescimento mais gradual e sustentável, embora ainda com patamar inferior ao do município e do estado. O Pará se mantém como referência em volume absoluto e estabilidade, indicando um mercado de trabalho formal mais consolidado e crescente. Esses padrões sugerem que, apesar das oscilações locais, o cenário regional e estadual apresenta uma recuperação e expansão mais consistentes do emprego formal no período analisado (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 136 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

No município de Bonito, o PIB per capita apresentou crescimento consistente ao longo do período, iniciando em R\$ 9.462 em 2018, aumentando para R\$ 9.797 em 2019 e saltando para R\$ 11.519 em 2020. Entre 2021 e 2022, houve uma aceleração mais intensa, com valores de R\$ 12.301 e R\$ 17.625, respectivamente. Na Região de Integração Rio Caeté, o PIB per capita começou em R\$ 9.290 em 2018, avançou de forma gradual até atingir R\$ 13.321 em 2022. Já o estado do Pará apresentou o

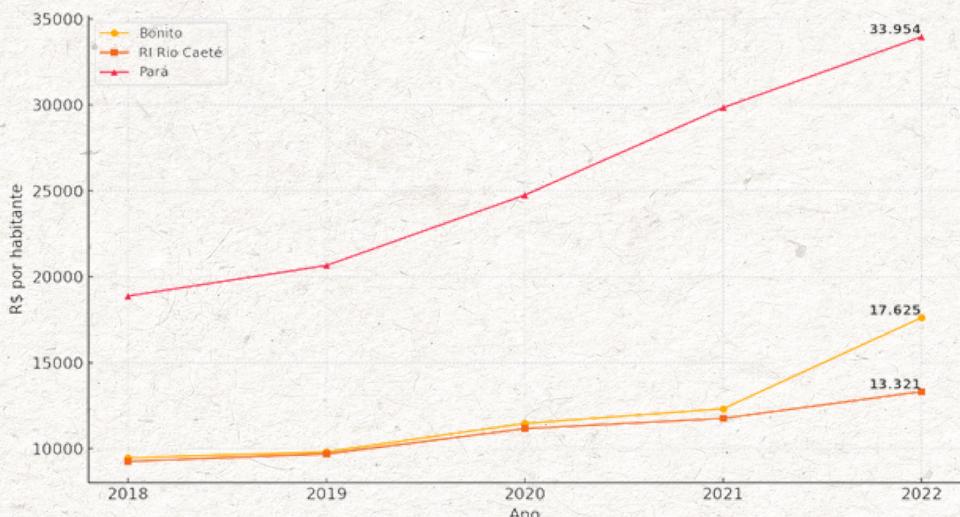
maior PIB per capita em toda a série, iniciando com R\$ 18.773 em 2018 e chegando a R\$ 33.954 em 2022, demonstrando uma trajetória robusta de crescimento econômico (Gráfico 16).



A trajetória indica que Bonito e a RI Rio Caeté, apesar de iniciarem com valores próximos, têm crescido a taxas distintas, sendo o município o que mais acelerou o PIB per capita nos últimos anos, especialmente de 2021 para 2022. Entretanto, o Pará mantém vantagem significativa em valor



Gráfico 16 - PIB per capita, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17.625/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em relação ao valor adicionado da indústria como percentual do PIB, Bonito iniciou o período em 23,3% em 2018, apresentou crescimento até 28,9% em 2020, teve queda para 25,7% em 2021 e voltou a subir para 27,9% em 2022. A Região de Integração Rio Caeté manteve-se estável, com valores próximos a 9%, variando de 8,7% em 2018 para 9,2% em 2022. O estado do Pará destacou-se com participação industrial significativa, que cresceu de 28,1% em 2018 para 45,0% em 2022, demonstrando expansão e fortalecimento do setor industrial (Gráfico 17).

Esses dados indicam que Bonito possui uma

estrutura industrial considerável, com percentual superior ao da região de integração, mas ainda bem inferior ao desempenho estadual, que registra quase o dobro de participação industrial no PIB. A tendência ascendente do Pará sugere um ambiente favorável para a indústria, enquanto a estabilidade regional aponta para desafios em ampliar a base industrial localmente. Para Bonito, a oscilação nos últimos anos destaca a necessidade de políticas que sustentem e ampliem a presença do setor industrial como motor do desenvolvimento econômico local (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

No município de Bonito, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes iniciou em 5,9 em 2019, apresentou queda para 4,6 em 2020, e caiu ainda mais para 2,4 em 2021. Houve um leve aumento para 3,4 em 2022, mas em 2023 o indicador voltou a cair, atingindo o menor valor da série, 1,5. Na RI Rio Caeté, o valor foi de 9,1 em 2019, caiu para 8 em 2020, recuperou-se para 9,8 em 2021,



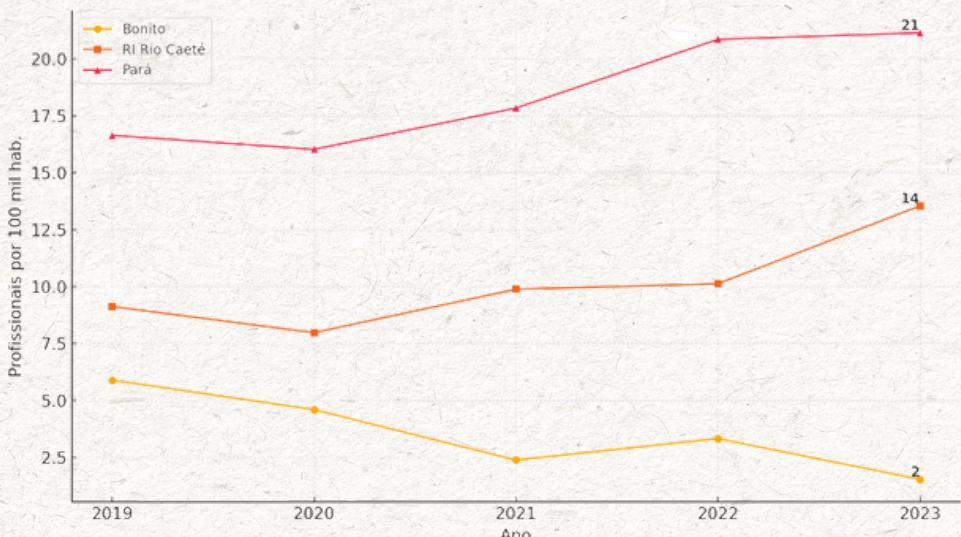
manteve-se em 10,1 em 2022 e teve avanço mais significativo em 2023, chegando a 14,0 profissionais por 100 mil habitantes. Já o estado do Pará apresentou o maior valor e crescimento constante, começando com 16,7 em 2019, caindo levemente para 16,1 em 2020, e subindo progressivamente para 17,9 em 2021, 20,9 em 2022 e 21,1 em 2023 (Gráfico 18).

Esses dados indicam que Bonito enfrenta um desafio crescente para manter e ampliar sua base de profissionais da ciência, ao passo que a região de integração e o estado do Pará têm mostrado recuperação e crescimento, sobretudo nos últimos dois anos. A diferença nos níveis absolutos sugere concentração desse capital humano em áreas mais urbanizadas e economicamente estruturadas, o que pode impactar diretamente na capacidade local de inovação, pesquisa e desenvolvimento científico, reforçando a importância de políticas públicas e investimentos direcionados para fortalecer o ecossistema científico em Bonito (Gráfico 18).





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10:** Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





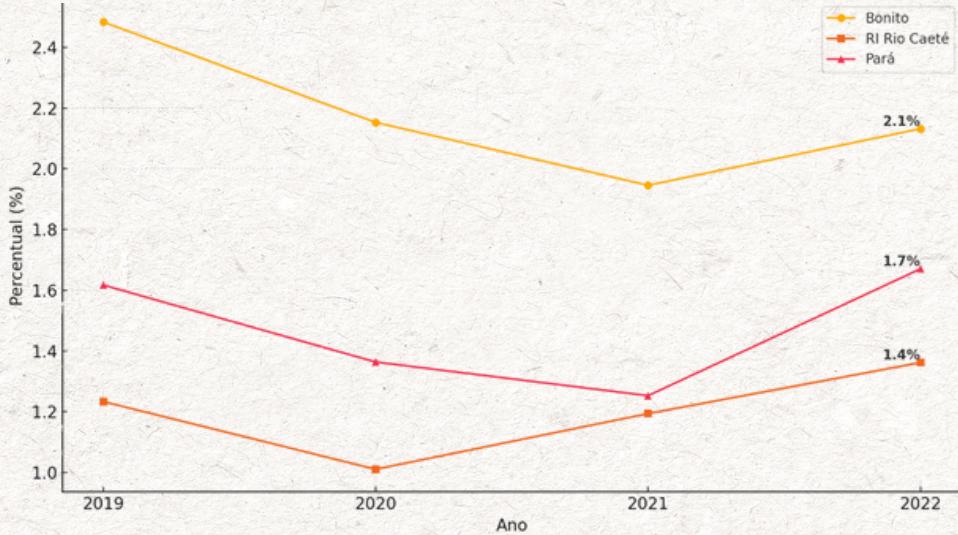
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

No município de Bonito, a massa salarial iniciou em 2,49% do PIB em 2019, sofreu queda para 2,15% em 2020, e continuou a recuar para 1,95% em 2021, antes de retornar a uma leve recuperação em 2022, atingindo 2,13%. Na RI Rio Caeté, o indicador partiu de 1,23% em 2019, caiu para 1,01% em 2020, subiu para 1,19% em 2021 e encerrou 2022 em 1,4%. O estado do Pará apresentou um comportamento similar, iniciando em 1,62% em 2019, recuando para 1,37% em 2020, registrando 1,25% em 2021 e retomando crescimento para 1,7% em 2022 (Gráfico 19).

Os dados indicam que todos os níveis territoriais sofreram impacto negativo na massa sa-

larial formal no ano de 2020, possivelmente relacionado à crise econômica desencadeada pela pandemia de COVID-19. Contudo, a recuperação em 2021 e 2022 demonstra reação positiva do mercado de trabalho formal e incremento dos salários proporcionais ao PIB. Bonito mantém patamares mais elevados do indicador, sugerindo maior participação da massa salarial no valor gerado economicamente, enquanto a RI Rio Caeté e o Pará apresentam recuperação mais gradual. Essa tendência aponta para a retomada econômica e reforça a importância do emprego formal para o crescimento sustentável local e regional (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

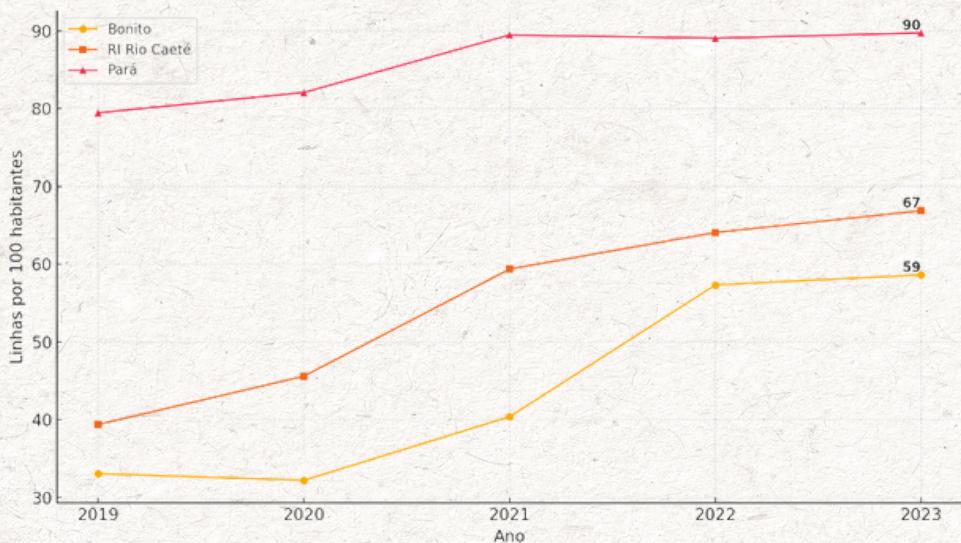
Em Bonito, o acesso à telefonia móvel apresentou crescimento significativo ao longo do período, partindo de 33,0 linhas por 100 habitantes em 2019 e mantendo-se praticamente estável em 32,2 em 2020. Em 2021 houve salto para 40,5 linhas, seguido por aumento expressivo para 57,3 em 2022 e leve crescimento até 59,0 em 2023. A Região de Integração Rio Caeté teve início com 39,4 linhas em 2019, alcançando 45,5 em 2020, saltando para 59,4 em 2021 e mantendo tendência ascendente para 63,9 em 2022 e 66,7 em 2023. O estado do Pará começou com alta cobertura, 79,4 linhas em 2019, crescendo para 82,0 em 2020, chegando a 89,4 em 2021, com valores próximos em 88,9 em 2022 e 90,0 em 2023 (Gráfico 20).

Os dados indicam que Bonito teve avanço expressivo no acesso à telefonia móvel, especialmente a partir de 2021, mas ainda mantém níveis inferiores à média regional e estadual. A RI Rio Caeté apresenta um ritmo de crescimento constante e se aproxima dos patamares do estado do Pará, que já partia de valores elevados e mantém cobertura consolidada. Isso revela a importância das políticas de expansão da infraestrutura de telecomunicações e da inclusão digital para reduzir desigualdades territoriais (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

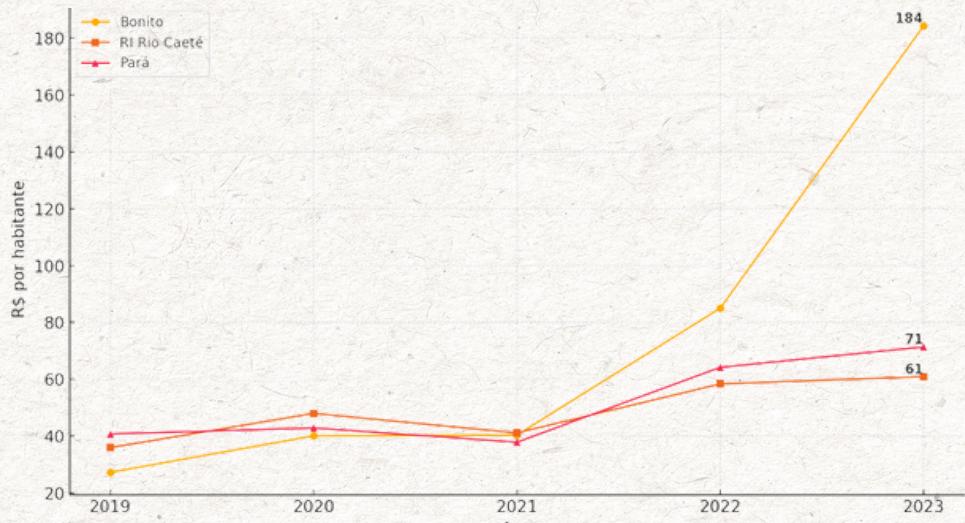
O município de Bonito iniciou o período com gasto público per capita de R\$ 27,1 em 2019, avançando para R\$ 40,0 em 2020 e mantendo patamar similar (R\$ 41,0) em 2021. Em 2022, houve incremento expressivo para R\$ 85,0 e novo salto em 2023, atingindo R\$ 184,0. Na RI Rio Caeté, o gasto partiu de R\$ 36,0 em 2019, oscilou para R\$ 48,0 em 2020, caiu para R\$ 41,0 em 2021 e depois subiu gradualmente para R\$ 58,0 em 2022 e R\$ 61,0 em 2023. O estado do Pará iniciou com R\$ 41,0 em 2019, manteve leve crescimento para R\$ 43,0 em 2020, recuou para R\$ 38,0 em 2021 e

retomou expansão, atingindo R\$ 64,0 em 2022 e R\$ 71,0 em 2023 (Gráfico 21).

Os valores indicam que Bonito realizou investimentos crescentes e expressivos em cultura e gestão ambiental, destacando-se positivamente no último biênio, enquanto a RI Rio Caeté e o Pará apresentaram investimentos mais estáveis e modestos, embora em patamares superiores aos iniciais. Esse avanço no município pode refletir políticas locais priorizando cultura e sustentabilidade ambiental como pilares do desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 184/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



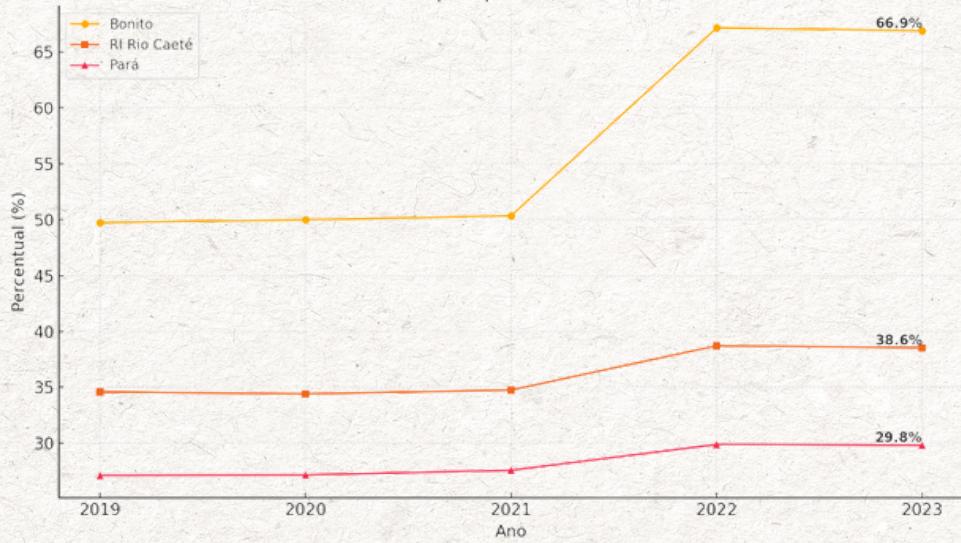


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

No município de Bonito, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo manteve-se relativamente estável em torno de 50% nos anos de 2019, 2020 e 2021, com valores de 49,8%, 50,1% e 50,4%, respectivamente. Em 2022, houve um salto para 67,4%, mantendo-se praticamente estável em 66,9% em 2023. Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador iniciou em 34,6% em 2019, com pouca variação até 2021 (34,8%), antes de subir para 38,6% em 2022 e 38,5% em 2023. O estado do Pará apresentou valores mais baixos, porém crescentes, iniciando em 27,3% em 2019 e aumentando até 29,8% em 2023 (Gráfico 22).

Os dados indicam que Bonito apresenta uma situação preocupante, com alta proporção de famílias de baixa renda utilizando práticas inadequadas de descarte de resíduos, significativamente maior que a média regional e estadual. O crescimento acentuado após 2021 pode refletir dificuldades recentes na gestão de resíduos sólidos ou na oferta de serviços públicos adequados. Já a Região de Integração e o estado do Pará, apesar de também apresentarem aumento, mantêm índices inferiores, sugerindo maior cobertura e controle desses serviços em escala maior (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 66,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



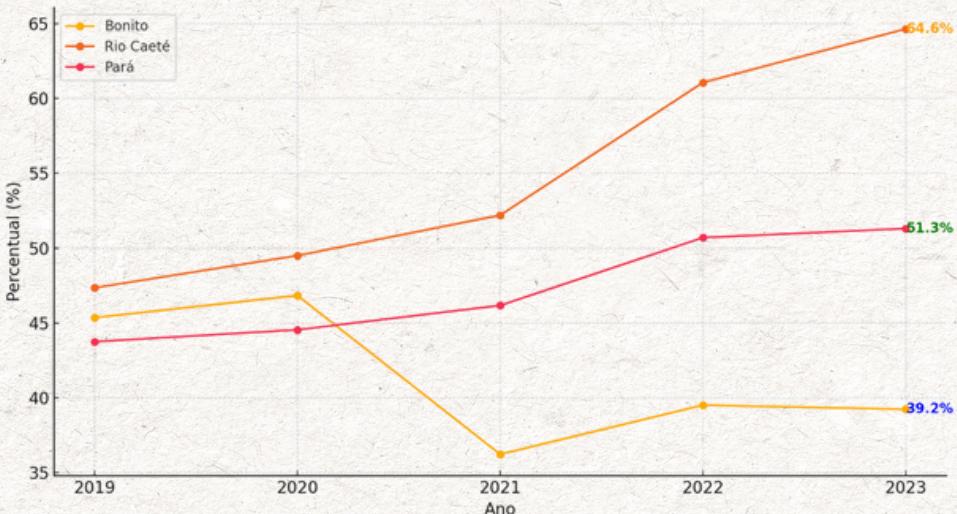
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Bonito, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar iniciou em 45,3% em 2019, subiu ligeiramente para 46,8% em 2020, caiu para 36,3% em 2021 e subiu novamente para 39,6% em 2022, mantendo-se estável em 39,2% em 2023. Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador iniciou em 47,5% em 2019, cresceu para 49,5% em 2020 e 52,2% em 2021, teve alta significativa para 61,3% em 2022 e atingiu 64,6% em 2023. O estado do Pará apresentou crescimento constante, partindo de 43,7% em 2019 e alcançando 51,3% em 2023 (Gráfico 23).

A trajetória mostra que, enquanto Bonito

tem uma redução no percentual da população com fossa rudimentar, ainda mantém valores elevados, indicando que uma parcela significativa da população de baixa renda enfrenta condições precárias de saneamento. Em contrapartida, a Região de Integração Rio Caeté e o estado do Pará apresentam aumento contínuo no uso desse tipo de solução, o que pode indicar desafios crescentes ou a ampliação da cobertura para áreas ainda sem acesso a sistemas mais adequados. Esses resultados reforçam a necessidade de políticas públicas focadas em saneamento básico para reduzir vulnerabilidades sanitárias e ambientais (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



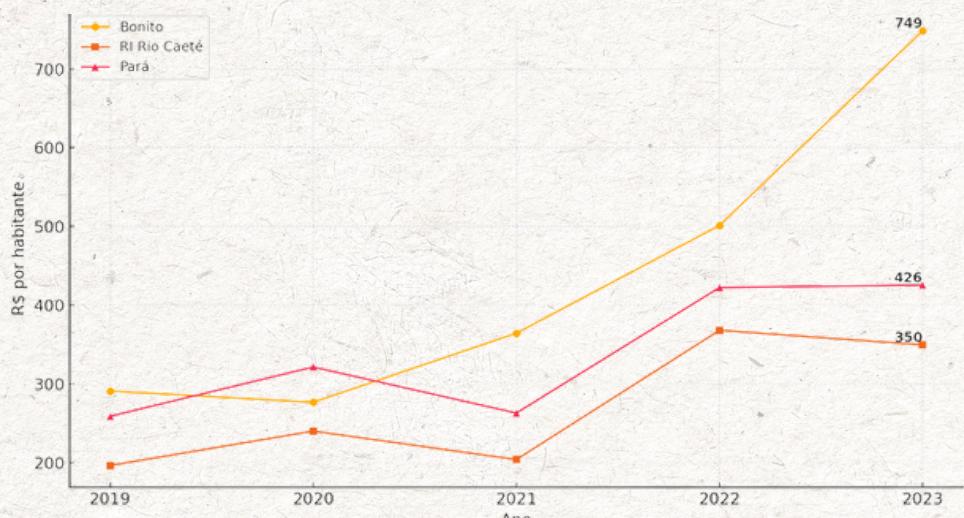
Gastos per capita com prevenção de desastres

No município de Bonito, os gastos per capita com prevenção de desastres iniciaram em R\$ 291 em 2019, apresentando ligeira queda para R\$ 276 em 2020, seguida por aumento para R\$ 365 em 2021 e expressivo salto para R\$ 501 em 2022. Em 2023, houve um crescimento ainda mais acentuado, alcançando R\$ 749. Na Região de Integração Rio Caeté, os valores começaram em R\$ 197 em 2019, subiram para R\$ 239 em 2020, recuaram para R\$ 205 em 2021, aumentaram para R\$ 368 em 2022 e fecharam em R\$ 350 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com R\$ 261 em 2019, avançou para R\$ 324 em 2020, caiu para R\$ 263 em 2021 e subiu para R\$ 423 em 2022, mantendo-se praticamente estável em R\$ 426 em 2023 (Gráfico 24).



Esses dados mostram que Bonito realizou aumentos expressivos e constantes nos gastos com prevenção de desastres, destacando-se positivamente em relação à região e ao estado. A RI Rio Caeté e o Pará exibem padrões mais estáveis, com oscilações pontuais, mas com crescimento geral ao final do período. O investimento crescente em Bonito reflete preocupação e esforço local para mitigar riscos, possivelmente associados a eventos climáticos e ambientais específicos da região (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 749/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Despesa per capita com preservação aquática

O gasto per capita com preservação aquática em Bonito teve início modesto, de R\$ 5 em 2019, crescendo para R\$ 29 em 2020, mas retornando para R\$ 4 em 2021 e mantendo-se baixo em R\$ 4 e R\$ 6 nos anos seguintes. Na RI Rio Caeté, o indicador cresceu de forma constante, de R\$ 25 em 2019 para R\$ 81 em 2023, com algumas oscilações ao longo do período. O estado do Pará apresentou maiores valores e volatilidade, iniciando em R\$ 185 em 2019, crescendo para R\$ 279 em 2020, caindo para R\$ 224 em 2021 e R\$ 179 em 2022, antes de saltar

para R\$ 287 em 2023 (Gráfico 25).

A análise indica que Bonito ainda possui gastos limitados com preservação aquática, sem tendência clara de aumento, ao contrário da RI Rio Caeté e do Pará, que investem valores superiores e crescentes na área. Essa disparidade sugere desafios e prioridades distintas, apontando para a necessidade de ampliação dos recursos destinados à preservação ambiental em Bonito para acompanhar as políticas regionais e estaduais de sustentabilidade hídrica (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 6/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

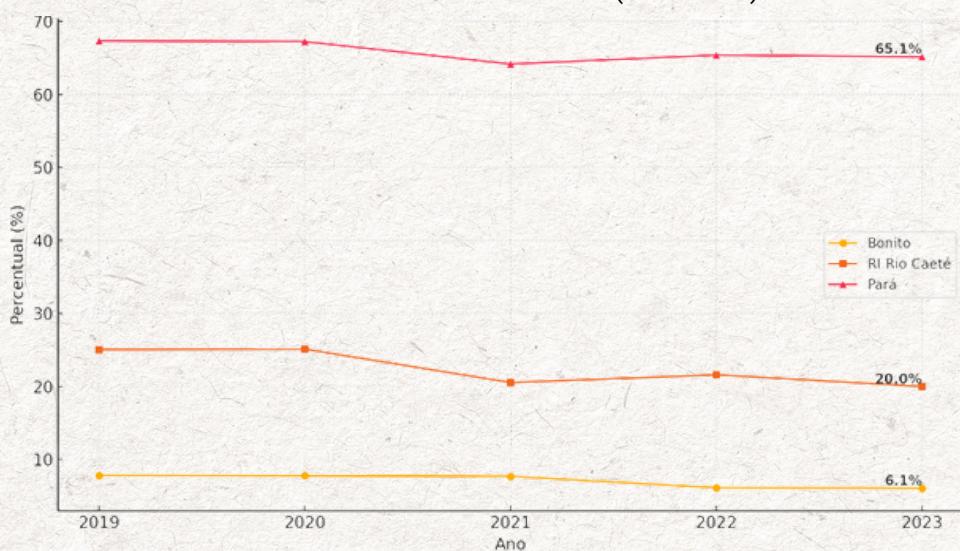
No município de Bonito, o percentual da área de floresta manteve-se praticamente estável entre 2019 e 2021, com valores de 7,7%, 7,6% e 7,5%, respectivamente, antes de cair para 6,3% em 2022 e 6,1% em 2023. Na Região de Integração Rio Caeté, a cobertura florestal iniciou em 25,2% em 2019, manteve-se estável até 2020, caiu para 20,6% em 2021, apresentou leve recuperação para 21,7% em 2022, e retornou a 20% em 2023. Já o estado do Pará apresentou os maiores percentuais de área florestal, começando com 67,3% em 2019, mantendo valores próximos em 2020 (67,3%), caindo para 64% em 2021, e retornando a 65,1% em 2022 e 2023

(Gráfico 26).

Esses dados indicam que Bonito possui uma cobertura florestal bastante limitada em relação à sua área total, e que a região de integração tem sofrido redução significativa da floresta, ainda que com alguma recuperação pontual. O Pará, por sua vez, mantém a maior parte de sua área coberta por floresta, apesar de pequenas variações. Essa diferença evidencia disparidades na conservação ambiental entre os níveis territoriais, destacando a necessidade de políticas específicas para a proteção florestal, sobretudo em áreas mais impactadas como Bonito e sua região (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

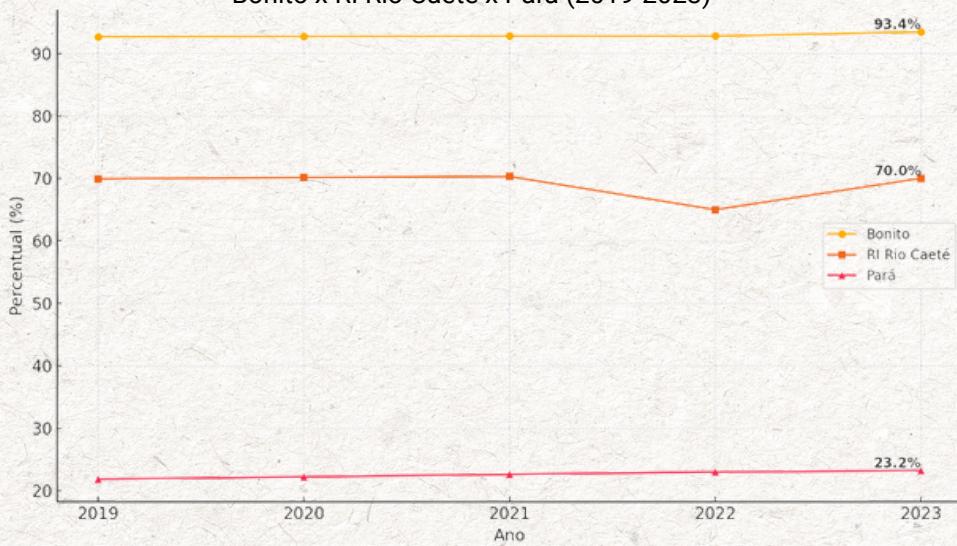
O percentual da área desmatada em Bonito permaneceu elevado e praticamente constante ao longo do período, iniciando em 92,7% em 2019 e aumentando para 93,4% em 2023. Na Região de Integração Rio Caeté, o percentual de área desmatada manteve-se em torno de 70%, com leve variação, começando em 69,9% em 2019, apresentando uma queda para 65% em 2022, mas retornando a 70% em 2023. O estado do Pará apresentou o menor percentual de área desmatada, iniciando em 21,7% em 2019 e crescendo gradualmente para 23,2% em 2023.

(Gráfico 27).

Os valores indicam que Bonito e a RI Rio Caeté têm elevado grau de desmatamento, com Bonito atingindo patamares superiores a 90%, enquanto o Pará mantém níveis muito mais baixos, refletindo maior cobertura florestal e políticas ambientais mais consolidadas em escala estadual. A manutenção de altas taxas de desmatamento nas regiões menores pode comprometer a sustentabilidade ambiental e a biodiversidade local, exigindo ações urgentes para controlar e reverter o processo (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 93,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

No município de Bonito, o número de casos de trabalho infantil por 100 mil habitantes apresentou redução significativa, caindo de 197 em 2019 para 62 em 2023. O declínio foi gradual e consistente, com valores intermediários de 157 em 2020, 108 em 2021 e 88 em 2022. Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador começou em 50 casos por 100 mil habitantes em 2019 e também teve queda constante, chegando a 7 em 2023. O estado do Pará iniciou com 39 casos em 2019, e seguiu uma trajetória descendente até atin-

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

gir 11 casos em 2023 (Gráfico 28).

Os dados demonstram avanços expressivos na redução do trabalho infantil em todas as esferas territoriais, com Bonito apresentando queda mais acentuada, porém ainda com incidência maior que a média regional e estadual. A diminuição constante reflete provavelmente o efeito de políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente, além da melhoria das condições socioeconômicas nas regiões analisadas (Gráfico 28).

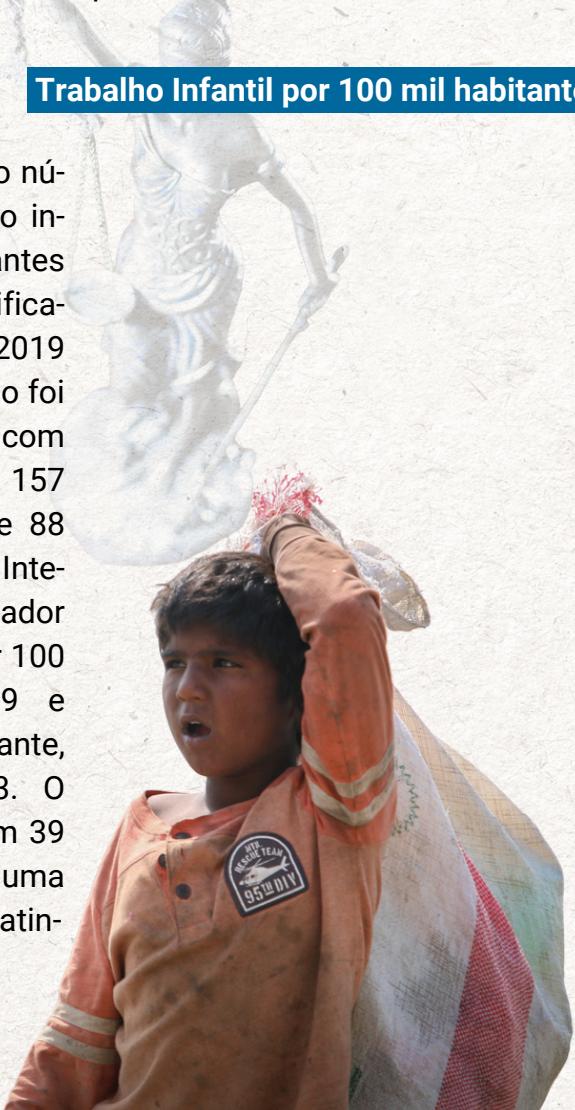
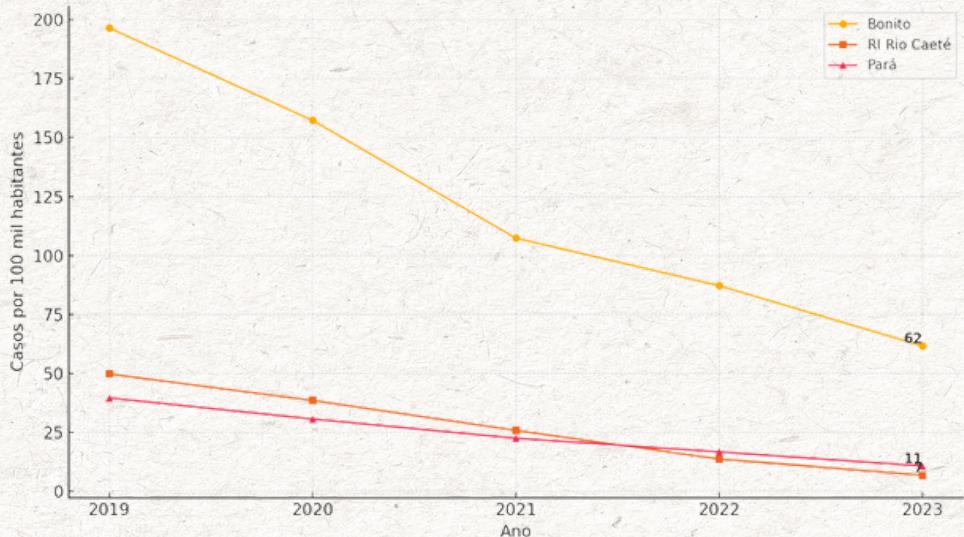




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

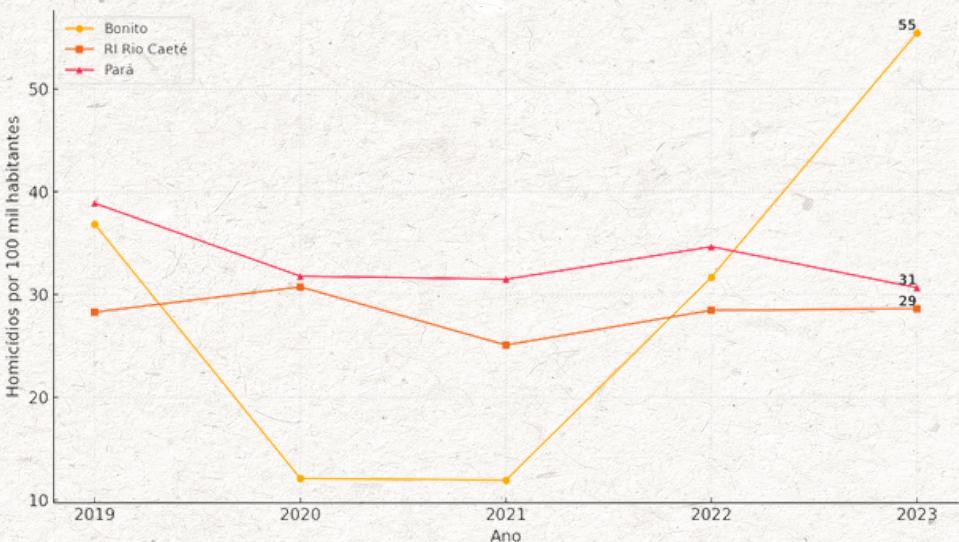
A taxa de homicídios no município de Bonito variou bastante, iniciando em 37 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, caindo drasticamente para 12 em 2020 e 2021, mas subindo abruptamente para 32 em 2022 e alcançando 55 em 2023. Na Região de Integração Rio Caeté, a taxa apresentou pouca variação, começando em 28 homicídios em 2019 e mantendo-se próxima a 29 em 2023. O estado do Pará teve taxa mais elevada e relativamente estável, com 39 homicídios em 2019, oscilando em torno de 30 a 35 entre 2020 e

2022, e terminando em 31 em 2023 (Gráfico 29).

Apesar das melhorias no indicador de trabalho infantil, a violência letal em Bonito mostra comportamento preocupante com aumento expressivo nos últimos dois anos, superando em muito as taxas regional e estadual. A estabilidade relativa nas outras esferas aponta para desafios locais específicos no município, que exigem atenção em políticas de segurança pública e prevenção à violência (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 17: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





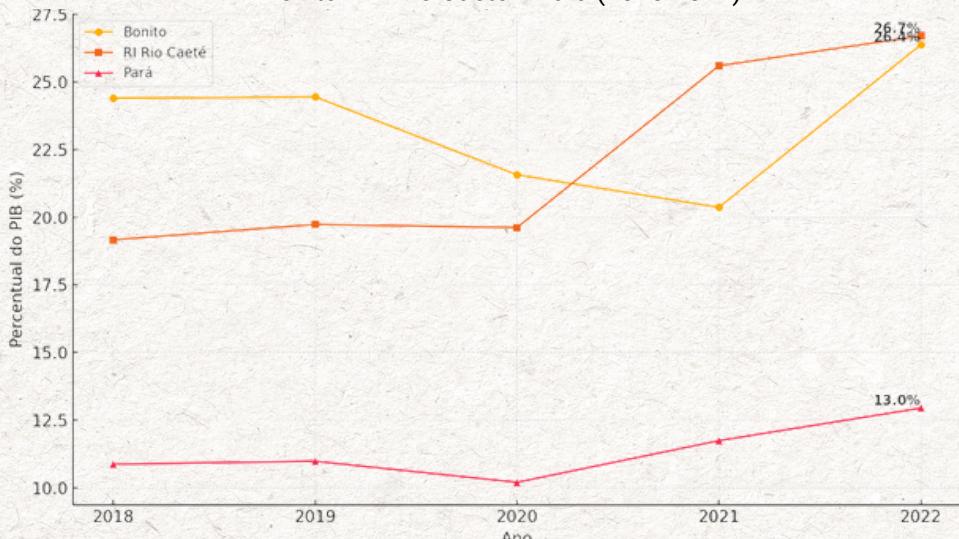
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Bonito apresentou variações expressivas no gasto público municipal como percentual do PIB. Em 2018 e 2019, o gasto se manteve estável em torno de 24,5%. Em 2020, houve redução para 21,5%, seguido de nova queda para 20,4% em 2021. Contudo, em 2022, o gasto cresceu significativamente, alcançando 26,4%, aproximando-se do patamar inicial. Na Região de Integração Rio Caeté, o percentual iniciou em 19,2% em 2018, subiu para 19,8% em 2019 e permaneceu estável em 19,7% em 2020. Houve um salto em 2021 para 25,7%, com leve alta em 2022, chegando a 26,7%, ultrapassando ligeiramente Bonito. O estado do Pará apresentou valores bem menores, iniciando em 10,9% em 2018, com leve aumento para 11,1% em 2019,

queda para 10,2% em 2020 e retomada gradual até 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

O comportamento revela que tanto Bonito quanto a Região de Integração Rio Caeté tiveram oscilações notáveis no gasto público relativo ao PIB, com quedas durante a pandemia e retomada robusta nos últimos anos, ultrapassando a média estadual que se mantém mais estável e em patamar inferior. Essa tendência sugere que os municípios, possivelmente impactados por crises locais, adaptaram seus orçamentos e retomaram investimentos com vigor a partir de 2021, enquanto o Pará mantém um padrão mais constante e conservador na proporção de gastos públicos em relação à economia local (Gráfico 30).

**Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB,
Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)**



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 26,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



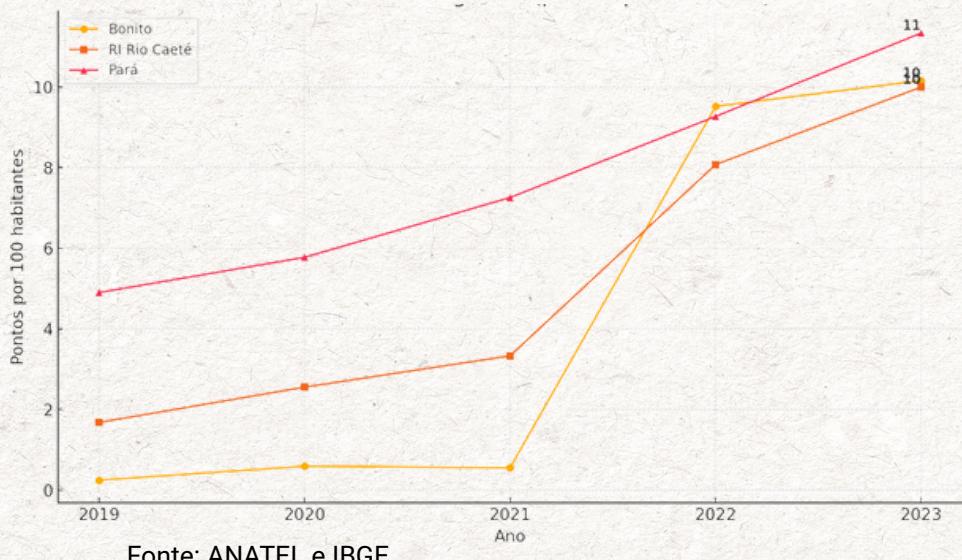
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

No município de Bonito, a taxa iniciou muito baixa, com apenas 0,2 pontos por 100 habitantes em 2019, crescendo para 0,6 em 2020 e mantendo-se quase estável em 0,58 em 2021. A partir de 2022, houve um salto expressivo para 9,6 pontos, chegando a 10,2 em 2023. A Região de Integração Rio Caeté apresentou crescimento contínuo, partindo de 1,7 pontos em 2019 para 2,6 em 2020, 3,3 em 2021, com salto para 8,1 em 2022 e atingindo 10,1 em 2023. O estado do Pará iniciou com um valor mais elevado, 4,9 pontos em 2019, crescendo progressivamente até 7,3 em 2021, 9,4 em 2022 e alcançando 11

pontos em 2023 (Gráfico 31)

Esses dados indicam que, apesar do início mais modesto, Bonito teve uma rápida expansão no acesso à banda larga fixa a partir de 2022, alinhando-se aos níveis da região e do estado em 2023. A RI Rio Caeté e o Pará apresentam uma trajetória de crescimento mais constante e estável. O avanço da conectividade nas áreas analisadas evidencia a expansão da infraestrutura de telecomunicações e a inclusão digital, fatores cruciais para o desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades regionais (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

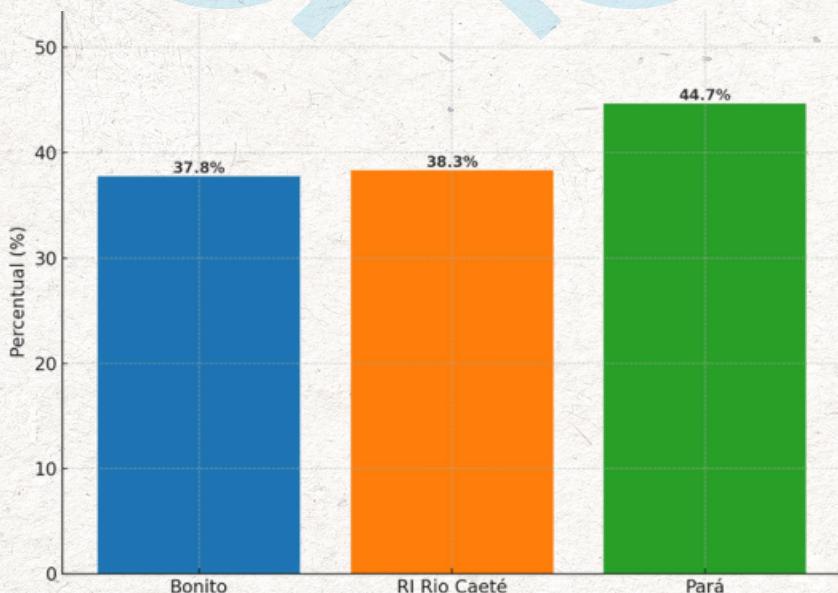
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Bonito** registrou um IDS de **37,8%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Bonito x RI Rio Caeté x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



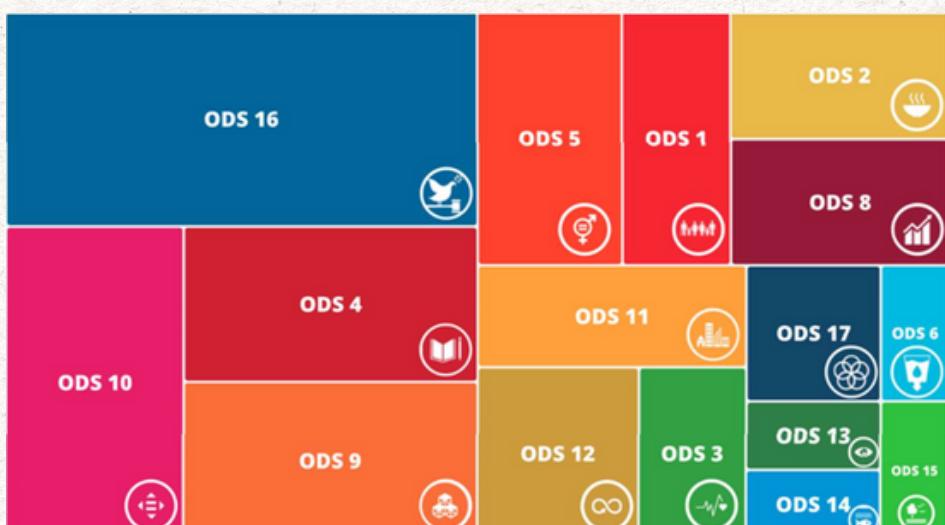
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Bonito na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Bonito e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

